

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.023.745 - SP (2016/0301337-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
AGRAVANTE : TORRENT DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : JAQUES LABRUNIE E OUTRO(S) - SP112649A
JOÃO VIEIRA DA CUNHA E OUTRO(S) - SP183403
AGRAVADO : LUNDBECK BRASIL LTDA
AGRAVADO : H LUNDBECK A/S
ADVOGADOS : EDUARDO TELLES PIRES HALLAK E OUTRO(S) - RJ136557
JULIANA BASTOS NEVES - RJ170053
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 1.583/1.587):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ANVISA. REGISTRO SANITÁRIO DE MEDICAMENTO. RECURSO À DIRETORIA COLEGIADA. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 15, §2º, DA LEI N.º 9.782/99. DESCUMPRIMENTO DA LIMINAR. MULTA DIÁRIA. JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

1. As autoras, na condição de fabricantes de medicamentos e produtos farmacêuticos ajuizaram a presente ação buscando o efeito suspensivo previsto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 9.782/99 (dos atos praticados pela agência caberá recurso à Diretoria Colegiada, com efeito suspensivo, como ultima instância administrativa), ao recurso interposto perante a Anvisa em 17/06/2010 (n.º 2010061478PA), no qual se discutia a legitimidade do registro sanitário n.º 1.0525.0044, concedido pelo Poder Pública à empresa Torrent do Brasil Ltda. permitindo-lhe fabricar e comercializar o medicamento Espran, anulando-se os atos praticados pelas partes com base no referido registro após a interposição do recurso administrativo.

*2. No tocante ao apelo da **Anvisa** pleiteando o afastamento da multa que lhe foi imposta, para isso alegando que não houve descumprimento de ordem judicial, mas tão somente atuação nos termos do art. 6º, da Lei n.º 9.782/99, tem-se que o recurso é manifesta improcedência.*

Superior Tribunal de Justiça

3. Observa-se de pronto que em 21/02/2011 o d. Juízo de piso proferiu decisão antecipatória - tratada nos autos como se fosse "liminar" - a fls. 121/122 determinando à **Anvisa** que suspendesse o registro sanitário do medicamento Espran produzido e comercializado pela corré **Torrent do Brasil Ltda.**, bem como que apreciasse o processo administrativo 2010061478PA sob o regime do efeito suspensivo. Com relação a empresa farmacêutica **Torrent do Brasil Ltda.**, determinou-lhe que se abstinhasse de comercializar o Espran.

4. Dessa decisão as duas rés foram intimadas pessoalmente, através de Oficial de Justiça executante de mandados, em Osasco, no dia 22/02/2011 (fls. 129/130). Convém desde logo deixar claro que as corrés não obtiveram êxito, em petições ulteriores, em postergar a imediatidade da ordem judicial no que se referiu expressamente às obrigações de apreciar o processo administrativo sob o regime do efeito suspensivo (**Anvisa**) e deixar de comercializar o Espran (**Torrent do Brasil Ltda.**).

5. À vista da prova inequívoca de que a ordem de fazer imposta à **Anvisa** e de não fazer atribuída à **Torrent do Brasil Ltda.** Estavam em vigor desde 22/02/2011 (data da intimação in faciem de ambas - fls. 129/130), salta aos olhos que as corrés desobedeceram sem rebuços tais determinações, e dessa forma se alojaram, sem nenhuma dúvida, no nicho reservado às litigantes de má-fé, restando claro o dolo com que procederam diante do desprezo pelo dever de proceder com lealdade para com o adverso e, sobretudo, para com o Poder Judiciário.

6. Considerando que é dever da parte "cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos jurisdicionais, de natureza antecipatória ou final" (art. 14, V, do CPC), pois se assim não agir estará opondo resistência injustificada ao andamento do processo (inc. IV do art. 17) e procedendo de modo temerário (inc. V do art. 17), o **doloso descumprimento de ordem judicial** que, como aqui ocorre, trouxe claro **prejuízo** à parte autora (que continuou a ver seu recurso submetido apenas ao efeito devolutivo, como se verá adiante, e que constatou que o medicamento que a corré deveria deixar de comercializar continuou a ser posto no mercado, também como se verá), constitui litigância de má fé (**TRF-4 - AG: 22507 PR 2005.04.01.022507-7, Relator: CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ, Data de Julgamento: 01/08/2005, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 10/08/2005 PÁGINA: 639 - TJ-MS - APL: 03511895320088120001 MS 0351189-53.2008.8.12.0001, Relator: Des. Sideni Soncini Pimentel, Data de Julgamento: 24/04/2014, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 28/04/2014 - TJ-RS - ED: 71002339737 RS, Relator: Fernanda Carravetta Vilande, Data de Julgamento: 18/11/2009, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia**

Superior Tribunal de Justiça

24/11/2009 - **TJ-SC** - AI: 690061 SC 2011.069006-1, Relator: Ronei Danielli, Data de Julgamento: 20/01/2012, Sexta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Agravo de Instrumento n. , de Jaraguá do Sul).

7. Deveras, o STJ considera ser um dever da parte proceder com lealdade e boa-fé (**REsp 986.443/RJ**, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 06/03/2008, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 16.05.2008 p. 1 - **REsp 728.732/SP**, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 14/03/2006, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 15.05.2006 p. 206); não procedem assim os demandados que, devidamente intimados in faciem a cumprir, respectivamente, ordens judiciais de fazer e de não fazer, deixam de atendê-la sem qualquer justificativa plausível.

8. A autarquia **confessou** em suas razões recursais que descumpriu a ordem judicial; procurou justificar-se invocando o art. 6º, da Lei n.º 9.782/99 e os arts. 6º e 196 da CF. Desculpas esfarrapadas, que não conseguem ocultar o nítido desprezo da **Anvisa** pela jurisdição. Ordem judicial em vigor se cumpre, sob pena de esboroar-se o Estado Democrático de Direito. Não resta à parte alvedrio para ajuizar se atende ou não a ordens judiciais, ainda mais em se tratando de órgão do Poder Público vinculado aos princípios da estrita legalidade e da moralidade, insculpidos no art. 37 da CF.

9. É despropositada a atitude da **Anvisa** buscando escudo em dispositivos (art. 6º, da Lei n.º 9.782/99 e os arts. 6º e 196 da CF) que veiculam vetores genéricos. Em especial o art. 6º, da Lei n.º 9.782/99 desserve a postura desobediente da **Anvisa**, posto que sendo uma "finalidade" da autarquia resguardar o risco a saúde, há necessidade de uma concretude objetiva, que não pode ser aquela de se furtar ao respeito devido ao Poder Judiciário. Já o art. 6º da CF ventila o direito social à saúde, cujos sujeitos são os membros do corpo social do Estado Brasileiro e não uma autarquia encarregada da vigilância sanitária. O art. 196 da CF dirige-se ao Estado como mantenedor das ações de saúde, justifica condutas de amesquinamento de riscos, mas só por isso mesmo não evita que o Poder Público voltado às ações sanitárias simplesmente ignore decisões judiciais em vigor.

10. Efetivamente a autarquia descumpriu a decisão judicial: insistiu em impedir o efeito suspensivo do recurso das autoras, submetido a vicissitudes inexplicáveis perante o órgão, que sempre teimou em descumprir a legislação de regência (Lei n.º 9.782/99) a qual, ao depois e vendo-se com as costas contra o muro, se lembrou de invocar irritantemente para tentar se safar da desobediência que ele mesmo confessou.

11. Assim, não há espaço para isentá-la da apenação imposta pelo d. Magistrado quando constatou, objetivamente, o

Superior Tribunal de Justiça

descumprimento da ordem proferida a fls. 121/122, por sinal confessado pela Anvisa como já foi dito.

*12. Igualmente, não resta a menor dúvida de que a **Torrent do Brasil Ltda.** também descumpriu a ordem judicial de não fazer tal como veiculada no despacho de fls. 121/122, que a proibiu de comercializar o medicamento Espran. Existe nos autos prova documental contundente de que a **Torrent do Brasil Ltda.** descumpriu a ordem judicial de não comercializar o medicamento Espran.*

13. Intimada dessa ordem aos 22/02/2011, já no dia 24/02/2011 participou de uma licitação - espécie "pregão" - promovida pelo Ministério da Defesa para comprar medicamentos (fls. 264/275). Sagrou-se habilitada no certame, para fornecer especificamente o Espran pelo "melhor lance" (fls. 275).

*14. Esse evento foi delatado nos autos pelas autoras e fez com que o MM. Juiz ampliasse o valor da multa cominada, em caso de novos acintes (fls. 278). Não existe a mínima explicação razoável para a desobediência perpetrada pela **Torrent do Brasil Ltda.***

15. Porém, há mais. Nesse cenário, não há como deixar de considerar as corrés litigantes de má fé, por atos atentatórios contra a eficácia da jurisdição antecipatória (aqui tratada como "liminar") nos exatos termos em que foi postulado na apelação das autoras.

16. Dado o caráter específico da multa prevista no § único do art. 14 do CPC - que como sanção punitiva prevalece sobre a do art. 18 - as corrés ficam condenadas a pagar, cada uma, 20% do valor da causa (R\$ 35.000,00) cada uma; ainda, como sanção reparatória, na esteira do art. 18 do CPC indenizarão solidariamente a parte autora dos prejuízos que sofreu, em 20% do valor da causa conforme prevê o § 2º do art. 18.

17. Destaco que não há óbice para se impôr uma sanção punitiva (multa) e uma determinação reparatória, já que nisso inexistente bis in idem. A primeira é punitiva do mau comportamento processual e reverterá para a União (§ único do art. 14) já que a demanda tramita na Justiça Federal; a segunda é reparatória do quanto sofrido pela parte autora consoante o discurso do caput do art. 18.

18. Nesse aspecto colaciona-se o ensinamento de NELSON NERY JR. & ROSA NERY, a saber: "...Portanto, ambas as sanções (contempt of court e litigância de má fé) podem ser impostas, cumulativamente, sem que se incida em duplicidade de penalidades" (CPC Comentado e legislação extravagante, pág. 266, 14ª edição, ed. RT). No mesmo sentido segue anotação contida no precioso CPC & legislação processual em vigor, do saudoso THEOTÔNIO NEGRÃO, a pág. 126 da 42ª edição, ed. Saraiva.

19. Forçoso concluir que, nesse panorama, não se entrevê

Superior Tribunal de Justiça

qualquer afronta do Juízo contra os arts. 458, III e 460, do CPC, e menos ainda a necessidade de conversão do julgamento em diligência a fim de se apurar se houve ou não descumprimento da "liminar".

20. Merece acolhimento o recurso das autoras também no tocante a imposição à **Anvisa** de condenação em verba honorária, forte na idéia de que "...não obstante tenha a parte autora protocolado pedido requerendo a declaração do efeito suspensivo do ato concessivo de registro sanitário emitido pela Anvisa, em razão do recurso administrativo protocolado no âmbito do referido órgão, nos termos do art. 15, § 2º, da Lei n.º 9.782/99, foi tão somente com a determinação do Juízo a quo em sede liminar que a suspensão foi efetivada pela autarquia...", como dito no voto da e. relatora.

21. Nesse sentido acolhidas as judiciosas considerações da srª relatora, baseadas no princípio da causalidade (**TJ-RS** - AC: 70045521226 RS, Relator: Arno Werlang, Data de Julgamento: 14/12/2011, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 23/01/2012 - **TJ-MG** - AC: 10342060705197001 MG, Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 18/04/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/05/2013), dada a necessidade de ajuizamento da presente ação (**TJ-RS** - AC: 70036717031 RS, Relator: Nelson Antônio Monteiro Pacheco, Data de Julgamento: 30/01/2014, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/02/2014). Fixo a honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, consoante o entendimento desta Sexta Turma e à luz dos critérios previstos no § 4º, do art. 20, do CPC.

Opostos embargos declaratórios pelos recorrentes (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Torrent do Brasil LTDA), foram eles rejeitados (fls. 1.624/1.625).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 14, V e parágrafo único, 17, VI, 18, § 2º, 20, § 4º, 460 e 535, II, todos do CPC/73.

Para tanto, sustenta que:

(I) o aresto integrativo deve ser anulado, pois não sanou omissão indicada em embargos de declaração;

(II) é descabido falar em descumprimento de ordem judicial, porquanto foi determinada a suspensão de fabricação do medicamento em 21/3/2011, que perdurou até

Superior Tribunal de Justiça

o julgamento do recurso administrativo, em 26/5/2011;

(III) a multa por litigância de má-fé, correspondente a 1% sobre o valor da causa, prevista na primeira parte do *caput* do art. 18 do CPC/73, tem natureza diversa da prevista no § 2º desse mesmo dispositivo, que tem o caráter indenizatório. Por isso, defende ser descabida a penalidade imposta, pois a parte contrária não demonstrou a existência de prejuízo sofrido, ou mesmo requereu a aplicação de multa, o que caracteriza, também, violação ao art. art. 460 do CPC/73;

(IV) as condutas capazes de dar lastro à multa por litigância de má-fé estão enumeradas no rol taxativo contido no art. 17 do CPC/73, tendo o voto vencido concluído que não houve demonstração de que a autarquia recorrente atuou com dolo, ou de forma maliciosa e temerária. Assim, inexistindo prova da má-fé ou de prejuízo processual sofrido pelo recorrido, a penalidade deve ser afastada; e

(V) os honorários advocatícios foram fixados em valor excessivo, devendo ser revistos a partir dos parâmetros previstos nas alíneas *a*, *b* e *c* do § 3º do art. 20 do CPC/73.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

O recurso não possui condições de prosperar.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Superior Tribunal de Justiça

De outro lado, sobre a aplicação de multa diária pelo descumprimento da antecipação de tutela deferida em primeira instância, a Corte de origem assim se manifestou (fl. 1.566):

No que se refere à Anvisa, a multa diária para que a autarquia suspendesse o registro sanitário foi fixada em R\$ 100,00 (cem reais), devendo incidir 72 (setenta e duas horas) de sua ciência, ou seja, publicada a decisão em 19/03/2011 (sábado), a multa passaria a incidir tão somente em 24/03/2011.

A fim de fazer cumprir a decisão proferida, a autarquia publicou, no Diário Oficial da União, em 21/03/2011, ou seja, antes mesmo do vencimento do prazo determinado, a retificação da publicação, suspensão temporária de fabricação de medicamento e registro de medicamento similar (fls. 258/261).

Não obstante, por meio do Aresto n.º 86, publicado no Diário Oficial da União, em 19/05/2011, a Anvisa negou o efeito suspensivo ao recurso interposto pela parte autora, alegando a presença de risco sanitário, afrontando, indubitavelmente, a decisão liminar anteriormente proferida pelo Juízo de origem.

Nesse diapasão, haja vista que a violação se deu entre os dias de 19/05/2011 e 06/06/2011, data em que foi publicada a decisão negando provimento ao recurso, correta se mostra a fixação da multa pela r. sentença recorrida em R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais).

Dessa forma, para se alterarem as conclusões adotadas pela Corte de origem, que apurou existir descumprimento da medida judicial no período de 19/5/2011 a 6/6/2011, seria necessário novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Com relação à incidência da multa prevista no art. 18 do CPC/73, importante destacar o seguinte trecho do voto-vencedor proferido pelo Desembargador Federal Johnson Di Salvo, à fl. 580:

Porém, há mais.

Nesse cenário, não há como deixar de considerar as corrés litigantes de má fé, por atos atentatórios contra a eficácia da jurisdição antecipatória (aqui tratada como "liminar") nos exatos termos em que foi postulado na apelação das autoras.

Dado o caráter específico da multa prevista no § único do art. 14 do CPC - que como sanção punitiva prevalece sobre a do art. 18 - as corrés ficam condenadas a pagar, cada uma, 20% do valor da causa (R\$ 35.000,00) cada uma; ainda, como sanção reparatória, na esteira do art. 18 do CPC indenizarão

Superior Tribunal de Justiça

solidariamente a parte autora dos prejuízos que sofreu, em 20% do valor da causa conforme prevê o § 2º do art. 18.

Destaco que não há óbice para se impor uma sanção punitiva (multa) e uma determinação reparatória, já que nisso inexistem bis in idem. A primeira é punitiva do mau comportamento processual e reverterá para a União (§ único do art. 14) já que a demanda tramita na Justiça Federal; a segunda é reparatória do quanto sofrido pela parte autora consoante o discurso do caput do art. 18.

Do excerto transcrito, observa-se que foram aplicadas aos réus, cumulativamente, duas sanções. A primeira, com base no art. 14, parágrafo único, do CPC/73, por prática de ato atentatório contra a eficácia da jurisdição antecipatória (art. 14, V), destinada à União; e a segunda, de forma solidária, também no valor de 20% sobre o valor da causa, mas com caráter reparatório, conforme dicção do art. 18, § 2º, do CPC/73.

A autarquia recorrente aduz afronta ao art. 18, § 2º, do CPC/73, porquanto não houve pedido expresso nesse sentido. Segundo argumenta, na petição de apelação foi requerida a aplicação das multas por ato atentatório contra o exercício da jurisdição e por litigância de má-fé, nos termos dos arts. 14, V e 17, IV, da norma processual. Prossegue, afirmando que, ainda que ultrapassada essa questão, não houve demonstração nos autos de que a parte atuou com dolo, de forma temerária, ou em prejuízo do autor. Conclui que *"não houve o preenchimento dos requisitos que autorizariam a condenação da ANVISA em litigância de má-fé, incorrendo o V. Acórdão na violação ao artigo 17, caput, e incisos, bem como ao artigo 18, caput, do Código de Processo Civil"* (fl. 1.742).

Com relação à existência de julgamento *extra petita*, nota-se que não houve ofensa ao princípio da congruência, porquanto o *caput* do art. 18 do CPC/73 traz previsão expressa no sentido de que o juiz ou tribunal poderá atuar de ofício ou a requerimento da parte.

No mais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca da adequação, ou não, da conduta processual da parte agravante, exigiria, necessariamente, nova análise do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada nesta instância superior, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, quanto ao valor da verba honorária, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento pelo rito previsto artigo no artigo 543-C do Código de Processo Civil, consolidou o entendimento de que, *"vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade."* (REsp nº 1.155.125/MG, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 06/04/2010).

Ademais, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos.

No caso, o Tribunal de origem fixou a verba honorária em 10% sobre o valor atribuído à causa, considerando as peculiaridades fáticas do presente feito.

Dessarte, não configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, não se mostra possível a redução dos honorários advocatícios pleiteada pela parte ora agravante. A propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A revisão do valor dos honorários advocatícios arbitrado, é, em princípio, vedado nesta instância, à luz da Súmula 7/STJ. Como cediço, é admitida sua revisão por esta Corte quando o valor arbitrado extrapola os limites da razoabilidade, o que, todavia, não se verifica no presente caso.

2. A tese jurídica veiculada nas razões do regimental não é capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado no decisum ora impugnado, que persevera, na íntegra, por seus próprios fundamentos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 171.013/DF, Rel. Ministro MAURO

Superior Tribunal de Justiça

CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em
07/03/2013, DJe 13/03/2013)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo da Anvisa.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

